

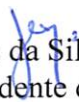


ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
AVENIDA CANAÃ, 102 – CENTRO CNPJ: 01.577.844/0001-62

Despacho

Encaminhe-se à Procuradoria Geral do Município para análise e parecer.

São Pedro dos Crentes(MA), em 23 de Fevereiro de 2023.


Semaías da Silva Moraes
Presidente da CPL



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
AVENIDA CANAÃ, 102 – CENTRO CNPJ: 01.577.844/0001-62

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 059/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 032/2023

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE UM LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS INSERVÍVEIS PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES/MA.

INTERESSADO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação – CPL submeteu a esta Assessoria Jurídica o Processo de Dispensa de Licitação, objetivando a contratação do Leiloeiro Público Oficial do Estado do Maranhão, Gustavo Martins Rocha, para realização de Leilão de bens inservíveis pertencentes à Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes/MA.

Outrossim, informa que a pretendida contratação tem como base legal o Artigo 24, Inciso II, da Lei nº. 8.666/93, que possibilitaria a contratação, com Dispensa de Licitação, nos casos de serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo 23 e para alienações.

Após esse breve relatório, passamos a opinar.

Para que se proceda a uma Dispensa de Licitação com base no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, deverão estar presentes os seguintes elementos: razão e justificativa escolhida.

A razão pode ser atribuída à notória especialização do Leiloeiro indicado, pois o mesmo comprovou ter vasta experiência, conhecimento e estrutura física e virtual para realização de leilões públicos.

A justificativa pode ser observada no Artigo 25 da Lei Federal nº. 8.666/93 que diz que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, fato que ocorre nesta, pois não há como haver competição em algo onde não há custos.

Além disso, o fator de suma importância é que o Leiloeiro possui todas as especificações exigidas pela Prefeitura. No caso, a contratação inclui a avaliação dos bens e a publicidade exigida para realização do Leilão com publicações em jornal de grande circulação e site especializado de sua propriedade, como ressalta a CPL no Termo de Dispensa, estando, pois, a contratação dentro dos limites da razoabilidade.

Quanto aos aspectos formais do Contrato que nos foi apresentada, realizada as correções pertinentes, repousam nos presentes autos forma definitiva desse instrumento,



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
AVENIDA CANAÃ, 102 – CENTRO CNPJ: 01.577.844/0001-62


devidamente aprovado por este Órgão, encontrando-se em perfeita consonância com os artigos 24 e 25 da Lei nº. 8.666/93.

Dito isto, opinamos pela contratação em favor do Leiloeiro Público Oficial do Estado do Maranhão, senhor Gustavo Martins Rocha, matrícula n.º 017/06 e CPF nº 085.248.657-09, cujo objeto é o Leilão Público dos bens inservíveis da Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes/MA, sem custos para a mesma, pois os custos serão cobrados apenas dos arrematantes (compradores) do Leilão.

Por fim, submeta-se o processo à confirmação do Prefeito Municipal e posterior publicação, consoante exige o art. 26 da citada Lei nº 8.666/93.

É o nosso parecer.

São Pedro dos /crentes (MA), 23 de Fevereiro de 2023.


Celsivan dos Santos Jorge
Procurador Geral do Município